

OS DESAFIOS ATUAIS APÓS 12 ANOS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

Daniel Rech ⁽¹⁾

A análise da realidade atual do Brasil considera que permanecem condições básicas da situação da população que foram implantadas desde o descobrimento, em 1500, com avanços bastante limitados e sem muita consistência. Mesmo com a democratização na década de 80 e os governos recentes, os trabalhadores e as camadas populares pouco avançaram em relação ao efetivo exercício do poder e da cidadania. As diversas tentativas realizadas por governos e sociedade não conseguiram instaurar processos consolidados de transformação social.

Phillip BLOND, professor de filosofia e teologia na Universidade de Cumbria, na Inglaterra, ao analisar a situação atual das classes trabalhadoras diz que *“parece cada vez mais que no século 21 estamos retornando à economia do século 19, quando a riqueza estava tremendamente concentrada nas mãos de alguns poucos proprietários e especuladores astutos. Nem a direita nem a esquerda parecem ser capazes de criar uma sociedade na qual todos se beneficiem do aumento da prosperidade e da segurança econômica.* Na busca de soluções, continua BLOND, *“os novos progressistas prometeram que os benefícios da prosperidade crescente seriam aplicados ao setor público e aos pobres. A exclusão social seria combatida com a educação e com a ampliação das oportunidades para todos”* No entanto, isso não ocorreu. Ao contrário. *“Resumindo”, diz ele, “eis o problema: tanto a esquerda quanto a direita parecem incapazes de desafiar o capitalismo monopolista. Nem o welfare state nem o estatismo são capazes de transformar as vidas dos pobres, e o neoliberalismo também é incapaz de promover tal transformação”*⁽²⁾.

No meu ponto de vista, a realidade atual brasileira também reflete o pensamento de BLOND. E é sobre isso que eu gostaria de me ater, analisando os elementos centrais do nosso atual modelo de desenvolvimento e tirar algumas conclusões.

1. O acesso à renda e a disponibilidade de capital

O que se sabe é que não é possível desenvolver iniciativas de transformação social, sem dispor de recursos. E, neste sentido, não se pode falar que não haja disponibilidade de recursos no Brasil. O que acontece é que esta disponibilidade não se traduz necessariamente em acesso, porque vinculada a dois grandes problemas:

- a) O primeiro é que o desequilíbrio entre os recursos dados ao setor empresarial produtivo, seja do agronegócio ou à grande indústria, estabelece uma desigualdade tão marcante que inviabiliza os esforços de autonomia da pequena produção.
- b) O segundo é que o acesso é tremendamente dificultado. E isso é principalmente decorrente das absurdas exigências de garantias patrimoniais (privilegiando os mais capitalizados) e à persistente e normalmente desnecessária burocracia contratual (entrando, neste caso, tanto o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento das Agricultura Familiar - como os recursos minguados do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e também do argumento de que o capital empresarial tem condições de garantir emprego e, assim, estaria beneficiando a todos.

¹ Daniel Rech é advogado, especialista em cooperativismo, consultor jurídico da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, Secretário Executivo do Centro de Sustentabilidade das Pastorais e Organismos sociais da CNBB e assessor de movimentos sociais, populares e cooperativistas no Brasil.

² BLOND, Phillip. *“O fracasso do neoliberalismo”*. Jornal Herald Tribune, Inglaterra, 26 de janeiro de 2008.

Os Governos do PT responderam a tudo isso com a superficialidade da promoção da organização produtiva popular, com uma assistência técnica que vê o produtor como “integrado” à grande indústria e produzindo para exportação em escala, inviabilizando gradativamente a atuação das organizações sociais e populares sendo, quanto a isso, dado significativo a recente aprovação do novo marco regulatório que criou tal quantidade e complexidade nas exigências a serem cumpridas no acesso a recursos públicos que somente grandes organizações com pessoal especializado e estrutura instalada poderá operar.

No campo do acesso à renda básica, há de se admitir que algumas iniciativas importantes foram aplicadas nos últimos 12 anos. A destacar a valorização do salário mínimo (que vem, entretanto, sendo rapidamente corroído pela precariedade dos serviços essenciais, especialmente a saúde, o transporte, a moradia e a educação), sendo este, na verdade, um crescimento que nunca colocou em risco os crescentes ganhos dos setores empresariais (estes sim financiados à larga pelos recursos especialmente do BNDES), alguns programas específicos de investimento (Cataforte, Terraforte) ou compras públicas (PAA - Programa de Aquisição de Alimentos - e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar), incentivos tributários e fiscais para pequenas empresas, em parte para as cooperativas e o Micro Empreendedor Individual, e o aprofundamento da Bolsa Família.

Em relação ao Programa Bolsa Família, muito importante para enfrentar a miséria de parte considerável da população brasileira, é preciso ter presente que se trata de um programa de consumo e não de disponibilização de capital para processos de transformação social. Neste sentido, os governos do PT não conseguiram reverter uma estrutura consolidada de injustiça social. Os mais ricos foram altamente incentivados e houve um achatamento da classe média, com a eventual distribuição de recursos obtidos por um sistema tributário injusto. Enquanto a classe rica quase não é apanhada pela tributação, a classe média para baixo paga a maior parte da conta de em torno de 37% do PIB em tributos, sendo que uma pequena parte é distribuída para a camada mais pobre, num jogo insustentável em que o Governo dá com uma mão e retira com a outra (tornando o Brasil um dos países mais desiguais do mundo).

Fala-se usualmente que houve a retirada da miséria de boa parte da população. Há avanços, sem dúvida alguma. Segundo estudo publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado ao Governo Federal) o número de miseráveis (ou extremamente pobres) caiu de 14,9 milhões para 6,5 milhões de 2002 a 2012 (considerando o mínimo de renda mensal de R\$ 70,00). No entanto, por um lado, se fosse considerada esta renda média mensal corrigida com a inflação dos últimos anos e juros de quase 12% ao ano (mesmo supondo-se a possibilidade de uma pessoa viver em condições adequadas mínimas com em torno de R\$ 80,00 ao mês = 25 euros), calcula-se que seriam 22 milhões de pessoas ainda na linha da miséria (quase que o mesmo número do início dos governos do PT - os últimos dados oficiais do IBGE, na Amostra Nacional por Domicílio, indicam que são ainda 10 milhões e trezentos mil as pessoas em situação de miséria), compondo um quadro com aproximadamente 30 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza (menos de R\$ 140,00 *per capita* ao mês).

Por outro lado, há de se elogiar, sem dúvida alguma, programas como o PAA e o PNAE que se tornaram fundamentais, mesmo que atacados por uma campanha persistente da própria burguesia que não aceita que as populações pobres sejam incentivadas pela transferência de capital e são corroídos por vários setores do próprio Governo do PT que foram gradativamente abrindo espaço para grandes cooperativas empresariais (com a concessão de DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF) e atravessadores (pela negociação com grupos informais), em nome do enfrentamento de alguns problemas de gestão de recursos públicos e porque os grandes são mais confiáveis e profissionalmente mais eficientes.

2. O manejo dos recursos naturais

É, sem dúvida a segunda situação mais grave do Brasil (após a desigualdade) e que mereceu menor grau de sensibilidade do PT no Governo Federal.

O que se viu é que no Brasil, desde o início, foi desencadeado um processo de apropriação privada e consumo predador dos recursos naturais. Isso fez com que se tornassem escassos e, como o capital e a renda, nas mãos de poucos privilegiados. E a questão se agravou porque, no afã de atender à demanda dos mercados internacionais, a forma adotada para a alta produção de alguns alimentos, como soja, milho, cana e carne bovina exigem a expansão da área agricultável e a adoção de formas químicas de produção que, além de serem agressivas às pessoas e à natureza, tornam-se fonte de gás carbônico em grau tão elevado quanto a emissão nos transportes de combustão fóssil. As consequências atingem todo o mundo, mas principalmente as populações mais pobres, como no caso mais recente de falta de água no Estado de São Paulo (que repercute uma situação nacional) e a redução gradativa de produtos da alimentação básica como leite e trigo que estão sendo importados.

Os movimentos sociais do Brasil, muito combativos nas décadas de 80 e 90 contra as grandes hidrelétricas e expansão do agronegócio, pouco falaram com a ascensão do PT e podem ser contadas as exceções dos que mantiveram o espírito de luta quanto a este assunto. A não ser, há de se destacar, a intensa mobilização de organizações indígenas, pequenas organizações locais e de alguns setores das Igrejas que ainda acreditam na possibilidade de reverter o quadro e conseguir convencer o Governo (que normalmente se põe numa posição de surdez total em nome da geração de energia) a agir de forma mais positiva quanto a este tema. E, principalmente, a considerar a urgência de conciliar a preservação do meio ambiente com a produção de alimentos, a garantia dos territórios e o acesso e uso de energia limpa.

A geração de energia, seja para transporte, seja para eletricidade, é ponto nevrálgico da questão. Por um lado porque a energia é essencial para o atual estágio da humanidade e, por outro, porque há um conflito tecnológico não enfrentado no Brasil entre gerar energia e produzir alimentos, entre gerar energia e preservar a natureza, entre gerar energia e evitar a destruição da proteção externa da terra.

O nosso país tem desenvolvido uma política oficial de produção de agro combustíveis, em especial o etanol, como uma solução para o problema de energia limpa. A produção das usinas hidrelétricas como do etanol, no entanto, é feita mediante grande sacrifício ao meio ambiente e pessoas (especialmente pela produção de metano, corrosão de terrenos e destruição de florestas e queimadas, sem falar na expulsão de populações tradicionais. As populações indígenas e os ribeirinhos, entre outros, são os que mais têm sido atingidos de forma dramática por esta situação).

Sem falar no problema mais atual da mineração que escava regiões de preservação e que nesse momento ameaça diretamente o reconhecimento e a preservação de quilombos e terras indígenas com sua ânsia de lucro imediato e fácil, tendo quase sempre o apoio ostensivo dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Entre a população, carente do acesso à alimentação e à energia ou não tendo recursos para pagar seu preço, defende-se, genericamente, a sua expansão, (por geração imediata de emprego nas grandes obras ou na eventual perspectiva de acesso à energia) no que o PT faz coro, mesmo não percebendo o fator letal de sua produção para as condições de vida no futuro. Este é um tema em que programas de conscientização ambiental ainda fazem muita falta e se tornam obrigatórios para garantir o futuro das novas gerações.

3. As possibilidades e domínio do mercado

Talvez seja este o menos conhecido e mais rejeitado dos itens do atual modelo de desenvolvimento para a área social. Durante muito tempo, o mercado foi visto como um inimigo. Pensava-se que seria possível produzir apenas para o consumo próprio e quando muito efetuar trocas. Infelizmente, os governos do PT (como os governos anteriores) facilitaram a concentração da atividade produtiva e o acesso ao mercado quase que só pelas grandes corporações (as “companhias campeãs nacionais”, no dizer da política do Governo Lula). As cooperativas de consumo foram esmagadas, desde o Governo FHC, e as pequenas iniciativas, sejam urbanas ou sejam rurais, vão sendo engolidas pelo crescimento das exigências legais, fiscais e sanitárias que só os grandes conseguem cumprir.

De modo geral, os movimentos populares, aí citando como exemplos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o Movimento Nacional de Catadores e Catadoras, estão convencidos da necessidade da apropriação do mercado e, através da comercialização dos produtos, gerar renda para o seu processo social.

Mas, por outro lado, setores do movimento sindical resistem aos processos de organização e autonomia produtiva e há em muitas organizações sociais, especialmente em entidades ligadas à Igreja ou Organizações Não Governamentais mantidas com recursos externos ou recursos públicos (com exceções), ou um alheamento voluntário, ou desconhecimento, ou desinteresse, buscando outros caminhos ainda não bem definidos (como é o caso da chamada “economia solidária” ou das alternativas de microcrédito que pulverizam os esforços e recursos e não criam condições de atuação econômica) que tem imensas dificuldades de se concretizar.

É significativo que a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), bem como a FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar) tenham percebido já há bastante tempo que necessitam dar uma resposta à organização econômica dos associados em seus sindicatos, mas não conseguiram formular uma política consistente (a não ser o apoio claro, apesar de ainda não suficientemente convincente, à UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) que transforme os seus sindicatos e a sua política num suporte de apropriação econômica e transformação social de classe.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), como as demais centrais, por outro lado, movida pelo domínio dos sindicatos de categorias profissionais melhor assalariadas praticamente continua insistindo quando muito (com pequena ação específica, ainda não suficiente, em relação à UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) na política reformista dos direitos trabalhistas, garantia dos salários e da relação subordinada de emprego, sem um projeto de autonomia de classe.

Seria fundamental, neste caso, que os trabalhadores e trabalhadoras, alijados do domínio do capital e do mercado e em situação de subordinados e dependentes, pudessem alcançar a sua autonomia na atividade produtiva, com a apropriação do valor de mercado, eliminação do

intermediário e aplicação do superávit, de forma solidária, no processo transformador de sua vida e de toda a sociedade.

Mas, nem o PT e nem seus governos têm demonstrado capacidade ou compreensão intelectual para entender isso. Preferiram apostar nos grandes empresários como caminho para o desenvolvimento do mercado e, com isso, aprofundaram a ilusão de que um dia o capital monopolista, finalmente, com um grande gesto de boa vontade, fará a distribuição dos resultados para todos.

4. A transformação agrária

No Brasil, a partir de 1850, com a Lei de Terras, ficou definido que o único meio (com pequenas exceções) para ser dono de uma terra seria pela compra. E, com isso, a necessidade de delimitar os terrenos apropriados pelo dinheiro. Com o fim do uso comum das terras, houve a geração do "trabalhador livre", expulso do campo, onde não tinha mais condições de sobrevivência, transformado em mão-de-obra urbana.

As iniciativas de uso social da terra ou foram inviabilizadas pela ideologia da propriedade privada, no que a Igreja Católica bem como a Protestante tem papel fundamental⁽³⁾, ou pelo poder discricionário do Estado sempre posto ao lado dos grandes latifundiários.

Em determinado momento, como alternativa, as organizações sociais junto com movimentos populares, idealizaram uma fórmula de enfrentamento da propriedade privada com a instituição de iniciativas coletivas que funcionaram, em alguns lugares, mas sem grande consistência. Com o passar do tempo, porém, capitularam frente a problemas (dificuldades de entendimento e de disciplina de gestão e produção, por exemplo) apesar de algumas delas terem acabado por aceitar uma ideia mista da pequena propriedade combinada com a possibilidade de ação econômico-produtiva coletiva.

É bem verdade que a nossa cultura, na maioria das vezes, é por um pedaço de terra próprio⁽⁴⁾ e não conseguimos trabalhar o conceito de produção coletiva. No Brasil, eu diria que somente as experiências de "fundos de pasto" e de faxinais é que seguiram naquela direção.

As organizações sociais mais combativas neste campo e os movimentos populares, com exceções, estiveram bloqueados pelas suas próprias dificuldades de sobrevivência (com a gradativa ausência do apoio da cooperação internacional) e acabaram se conformando com as possibilidades restritas oferecidas à margem pela estrutura de poder. Com isso, a questão agrária foi se esvaindo na agenda de debate e luta política, e praticamente se tornou inviabilizada como proposta, a partir do pequeno produtor, de desenvolvimento do país.

Os governos do PT preferiram acreditar na revolução agrária do agronegócio, plenamente vitorioso na manutenção de índices extraordinários de exportação de commodities e, com isso, aceitaram serem essenciais no resultado econômico do país. E, por causa disso, barraram eventuais iniciativas de Reforma Agrária e acabaram provocando o descalabro dos assentamentos, comprometendo o futuro da produção familiar autônoma e colocando em risco as populações tradicionais, especialmente as indígenas.

Mesmo os eventuais incentivos às cooperativas da agricultura familiar são reduzidos a quase

3 O reconhecimento da terra como "Dom de Deus" e, portanto, a serviço das pessoas, é assumido na Igreja Católica e na Igreja Luterana apenas após a década de 60 do Século XX. Antes, a terra era sim "Dom de Deus", mas pertencia ao Senhor, fosse ele grande proprietário, ao Rei ou ao Estado. E essa era a "Vontade de Deus".

4 O sonho da terra própria tem a ver com o princípio da garantia do futuro, mesmo porque trata-se praticamente do único direito que não costuma ser interrompido ou violado pela ação pública do Estado e é, surpreendentemente, muito respeitado pelo próprio capital privado.

nada por políticas fiscais, tributárias e de incentivo, que mais favorecem as grandes corporações industriais.

Em relação à questão da transformação agrária temos, pois, resultados pífios nos governos do PT, e os programas de reestruturação agrária foram bloqueados pela aliança com a elite agrária conservadora, principalmente sob o argumento de que a pequena propriedade familiar não tem futuro (posição sustentada principalmente por importantes ministros presentes no primeiro governo Lula e que marcaram os 12 anos de poder do PT).

5. A participação social e o exercício do poder

A compreensão de que o Estado em geral e o Governo em particular já sabem o que é melhor para o povo, inviabilizou as possibilidades da participação social, tornando-se esta mais suporte ao exercício do cargo que determinante na construção de uma nova sociedade mais justa. A gestão do PT, neste sentido, favoreceu a permanência e, em alguns casos, o fortalecimento de poderes privados (a economia empresarial capitalista, o agronegócio, a religião fundamentalista, a educação tradicional e os meios de comunicação conservadores) que exercem importante influência e acabam “determinando” no “interior” das sociedades o dos governos o que pode ou não ocorrer e sobre eles há pouco ou nenhum controle social.

O conceito de política a serviço da mudança da realidade e da justiça ainda não conseguiu marcar presença na administração pública do Estado brasileiro. Parece que os governos recentes, como os anteriores, tendem a considerar a política como um serviço de conciliação dos interesses dos dominantes (quando não caminho para a rapina e a corrupção), ou no máximo de concertação entre grandes proprietários e a visão iluminada e nem sempre acertada do Governo, e a busca de resultados econômicos gerais que nem sempre chegam ao conjunto da população, mantendo-se baixíssima participação popular nos processos efetivos de gestão, decisão e veto, propagando-se apenas o esforço das consultas (mais de 100 conferências), sem maiores consequências e com algumas exceções quando muito.

É fonte corrente que militantes de organizações sociais e movimentos populares não atrelados diretamente ao poder público estejam cada vez mais insatisfeitos e decepcionados com os governos recentes e que enxerguem neles um conservadorismo que remete aos governos anteriores ao PT. A vinculação ao que se convencionou chamar de “eixo do mal” (agronegócio, “fundamentalismo religioso” e grandes veículos de comunicação) e a persistente presença nos momentos de decisão do “núcleo duro” do Governo (conservador, vinculado ao grande empresariado e avesso ao diálogo), somados a um perfil centralizador, leva a se perceber o quanto perdemos e o pouco que avançamos para mudar a situação quanto a ampliar a participação e acesso ao poder de atuação pelas camadas populares. O que é mais essencial que pequenas concessões, ajudas e melhorias que não transformam de forma duradoura a realidade do Brasil. E, por isso, em determinado momento praticamente abandonaram a proposta do PT e acabaram por ocasionar dificuldades para a reeleição.

Os partidos políticos (incluindo o PT e outros chamados de “esquerda”, com poucas exceções), que deveriam ser os propositores de uma política de Estado a serviço do bem comum, assumiram o papel de encaminhar medidas que visam quando muito a permanência no poder ou, quando pensam na Nação, assumem uma postura de “arrogância absoluta” do conhecimento do que é melhor ou pior e com isso deixam de ser instrumentos de mudança social. Neste sentido, na história da República brasileira (125 anos) dois governos são emblemáticos a respeito do tema do exercício do poder político e atuação do Estado:

- I. O governo de Getúlio Vargas (15 anos de poder – 1930 a 1945) com uma atuação paternalista onde o Estado é o que define o que é bom ou não para os cidadãos. Exemplo mais contundente é a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e toda a

política trabalhista que inviabilizou o avanço da possibilidade de hegemonia das classes trabalhadoras e dos setores populares ao impor como limite ao desenvolvimento a separação e dependência absolutas entre o capital e o trabalho.

- II. O governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (08 anos de poder – 1994 a 2002) com uma atuação de privilegiamento do capital, completamente distante das aspirações populares e que fez recuar, pela cooptação ou pelo manejo dos recursos, as iniciativas consistentes na área social.

No governo Getúlio houve repressão política em nome dos interesses populares quando na verdade era em nome dos interesses do governo. No governo FHC houve compressão dos movimentos sociais em defesa do capital. Além de fazer recuar a liberdade de organização social, principalmente ao impor o selo “chapa branca” das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e das O.S. (Organizações Sociais), prejudicar ostensivamente as cooperativas populares e abrir caminho para a corrupção institucionalizada.

Esperava-se que os governos do PT fossem o contraponto dos dois. Que eles libertassem os movimentos sociais da imposição paternalista promovida por Getúlio e da imposição da disciplina do capital aplicada por FHC. Nada disso ocorreu. No campo da organização social da atividade produtiva, base para a construção do poder popular, os governos recentes pioraram a situação ao aumentar as dificuldades de acesso a recursos públicos com a regulação das parcerias tornando-as mais exigentes e complexas que as licitações (que regulam os contratos entre o poder público e as empresas prestadoras de serviços) e o aumento das dificuldades para as associações e as cooperativas, tornadas último instrumento viável de ação econômica do povo que preserva a forma coletiva.

Tudo isso nos indica um “*esgotamento*” que, nas palavras de Vladimir Safatle remete ao “*colapso do lulismo como força política de transformação*”, principalmente em relação ao combate da desigualdade. Bloqueou-se, com tudo isso, a capacidade de construir algo de diferente, de dinâmico, de transformador. Houve o cerco na imposição das exigências do Estado, que se abatem sobre os mais fracos, sempre centralizadoras e privilegiando o setor empresarial exportador, e a surpreendente capitulação, em nome da governabilidade, frente às chantagens de uma burguesia acostumada e sem vontade de desistir de seus privilégios consolidados, e absolutamente confiante na impunidade. “*Por isso*”, diz ainda SAFATLE, referindo-se ao novo mandato da Presidenta Dilma, “*a chance de vermos um Governo à procura da melhor forma de gerir a paralisia e, no final das contas, muito grande*”⁵.

O que fazer ? É tarefa urgente contribuir com os trabalhadores e com as trabalhadoras na formação da consciência de classe e na formulação de alternativas e formas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis em base a novo modelo de desenvolvimento baseado em formas de sociabilidade e solidariedade anticapitalista.

“*O que se pretende*”, diz Boaventura Souza SANTOS, “*então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo, e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente*”⁽⁶⁾. E com isso, alcançar a transformação gradual da economia atual para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas, superando a desigualdade econômica e de poder entre as classes sociais. Neste sentido, é também urgente e absolutamente fundamental

⁵ SAFATLE, Vladimir. “Paralisia e esgotamento”. In: Carta Capital nº 824, de 05/11/1014, São Paulo, Confiança, página 35.

⁶ SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pág. 25.

reconstituir a capacidade de articulação das organizações e movimentos populares e buscar garantir espaços de participação social efetiva da população para que se possa construir uma nova sociedade em que o povo tenha o poder em suas mãos, superar a desigualdade, a corrupção e a impunidade, o que o PT até quis em determinado momento fazer, mas que, atualmente, não mais quer ou não mais pode fazer. Na linha do que nos ensinou Jacques Dessalines, líder negro e o Pai da Independência do Haiti: *“A luta pela igualdade sempre foi um equívoco dos movimentos negros. A liberdade dos negros só estará assegurada se eles conquistarem o poder”*.